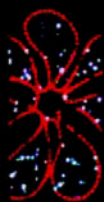


CÔAVISÃO

ECONOMIA, CIÊNCIA E CULTURA

N.º 14 • ANO DE 2012



EDIÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FOZ CÔA

CÔAVISÃO

ECONOMIA, CIÊNCIA E CULTURA

N.º 14 • ANO DE 2012

Trabalho coordenado por
JOSÉ MANUEL COSTA RIBEIRO
ANTÓNIO N. SÁ COIXÃO

Foto da capa:

Monumento às gravuras no início da renovada Avenida Gago Coutinho
e Sacadura Cabral em Vila Nova de Foz Côa – Foto de José Ribeiro

Composição e impressão:

Côa Gráfica – Artes Gráficas, Lda. – V. N. de Foz Côa
Depósito Legal n.º 121116/98
ISBN 978-972-8763-25-1

EDIÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FOZ CÔA
2012

Índice

Prefácio	5
Introdução.....	7
Por milhões de razões... para uma protecção colectiva de um património cultural universal de valor excepcional	9
Regresso a Almendra	13
Museu da Casa Grande de Freixo de Numão – 15 Anos de (Sobre) Vivência	17
Os encontros de Fozcoenses.....	27
Estranho documento oficial.....	29
Defesa e aproveitamento dos recursos endógenos	
A linha do caminho-de-ferro do Pocinho a Barca d’Alva	31
El camino imposible a Portugal	37
“Territórios do Côa – propósitos da associação e linhas mestras da EEC PROVERE Turismo e Património no Vale do Côa”	41
Pocinho – História e tradição.....	43
O Côa, um território de referência	51
O Património do Côa como um activo para o desenvolvimento.....	55
Usos tradicionais do sumagre duriense e fozcoense: uma planta dos tintureiros, curtidores, boticários e também dos gastrónomos	59
Etnobotânica altoduriense: o sumagre na Cultura e na História	65
Arte, cultura e tradição em Vila Nova de Foz-Côa.....	77
Do cântico da “Cabana” ao Solstício de Inverno	87

Os projectos para uma rede ferroviária na zona interior a Sul do Douro	95
A Crise da Monarquia Constitucional (1870-1910) – Alguns reflexos na vida política Fozcoense	103
A Religiosidade no concelho de Vila Nova de Foz Coa durante o Estado Novo.....	111
Síntese dos trabalhos arqueológicos em Castanheiro do Vento. Campanha de 2011	131
Os bens culturais de Freixo de Numão – 1911.....	139
Incursões nos corredores do Estado Novo <i>Memórias reveladas numa exposição</i>	149

O Côa, um território de referência

ALEXANDRA CERVEIRA LIMA*

Face ao novo desafio feito pelos coordenadores desta Revista — com quem tenho um grande gosto em colaborar — para olhar, com uma perspectiva de futuro, para o que foi o papel da AIBT do Vale do Côa e o papel presente e futuro do PROVERE do Côa no desenvolvimento da região, procurarei ser sintética e delinear o que me parecem ser eixos centrais que importa destacar. Não se trata pois de um artigo com a ambição de traçar parte da História da AIBT e do PROVERE do Côa, é tão-só uma visão que procura sublinhar aspetos atuais que considero relevantes.

Lembro, como ponto de partida, que o ProCôa, posteriormente a Ação Integrada de Base Territorial do Vale do Côa e, mais recentemente, o PROVERE do Côa, tiveram como razão de ser a arte rupestre paleolítica classificada como património mundial. Em torno desta realidade se procuraram formas de desenvolver a região. Por força de uma linha de reflexão *de época*, considerou-se, ao nível dos decisores, que a via estruturante de desenvolvimento seria o turismo. A leitura era direta: se existe um património mundialmente reconhecido pela sua relevância, atrairá, mais tarde ou mais cedo, visitantes e turistas que poderão, sendo em número significativo, dar um impulso que outras atividades económicas não estavam capazes de fazer.

A diferença, recorde, entre o ProCôa, a AIBT do Vale do Côa e o PROVERE, em termos de modo de atuação, reside no facto de, no contexto do PROVERE, ser necessário constituir uma rede local que se consorcia em torno de uma estratégia comum, consórcio este gerido por uma entidade local, a Associação de Desenvolvimento Territórios do Côa, com sede em Figueira de Castelo Rodrigo. Nos outros casos citados, a

entidade de gestão regional, através de um coordenador, geria todo o processo de candidaturas e a organização e decisão dos fundos comunitários emanavam, portanto, diretamente das Comissões de Coordenação. No caso da AIBT do Côa, da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro.

Devemos ter em linha de conta que a Associação de Municípios do Vale do Côa, que buscava financiamento através da AIBT do Côa, contava com 10 municípios, do Sabugal, a sul, a Mogadouro, no norte, os mesmos municípios que integram hoje a Territórios do Côa. Corresponde, de um ponto de vista estritamente geográfico, a um território muito mais extenso do que aquele que o rio Côa banha, ou que para ele tem “águas vertentes”. No entanto, dada a distância dos concelhos em causa face aos grandes centros urbanos, litorais e de poder, é compreensível que os decisores procurem agregá-los a algum centro de atração que emerja mais ou menos próximo, mesmo que a coerência geográfica não pareça presidir a este recorte.

Nesta área, de fronteira, várias tutelas se cruzavam ou cruzam, de que são apenas exemplo as Comissões de Coordenação do Norte e Centro ou as Direções Regionais de Cultura e entidades regionais de Turismo. Se no PROVERE há projetos financiados pela estrutura regional do norte, CCDRN, e outros pela entidade de gestão do centro, CCDRC, o financiamento do Museu do Côa (e, para além do financiamento, um cuidado especial com a condução de todo o processo) decorreu pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Centro.

A construção do *museu do parque do Côa* estava prevista desde a criação do Parque Arqueológico. Era desde o início vista como uma estrutura essencial para acolher grandes grupos — que os núcleos de arte rupestre não

* Arqueóloga

comportam —, importante também por permitir *contextualizar a arte rupestre*, isto é, dar conta dos resultados da investigação, permitir que os visitantes e a comunidade local conhecessem os resultados da investigação arqueológica, vissem materiais exumados em escavações, apreendessem a espessura de tempo e de conhecimento sobre o passado humano que se construía no Côa. Mas o museu, o edifício construído, veio a tornar-se mais do que isso. Constituiu a monumentalização contemporânea da arte rupestre, marca atual, também ela patrimonialmente relevante. Um monumento erigido ao conhecimento e ao património, com milhares de anos, que o Côa nos legava. Esta monumentalização, se cumpria os desideratos inicialmente definidos, foi além deles, pela forma como o museu foi acolhido pelos diversos públicos que lhe foram extremamente favoráveis.

A importância que este conjunto — *núcleos de arte rupestre e museu do Côa* — detém no panorama regional, tem ditado, nos últimos anos,

algum debate entre organismos da Administração Pública e a definição de alguns *tratados de Tordesilhas*: a fixação de fronteiras administrativas e de atuação face ao Parque e Museu do Côa. Mas não se trata de ocioso despique ou de um qualquer bélico deleite administrativo. Se olharmos com algum distanciamento o processo recente, podemos perceber que tem havido, desde o primeiro momento, dois movimentos paralelos que atravessam o Côa atual: por um lado, a necessidade de se afirmar enquanto Côa, um território que a generalidade das comunidades hodiernas não concebe enquanto tal e que renasceu do Riba-Côa por força da arte rupestre paleolítica. Menos ainda se revêem nas *terras do Côa* as populações dos confins setentrionais do Vale do Côa da Associação de Desenvolvimento, que se inicia na nascente deste rio e termina em Mogadouro, muitos quilómetros a norte da foz. Trata-se, pois, de criar um território de referência, empresa para a qual muitos parceiros terão de direcionar esforços num



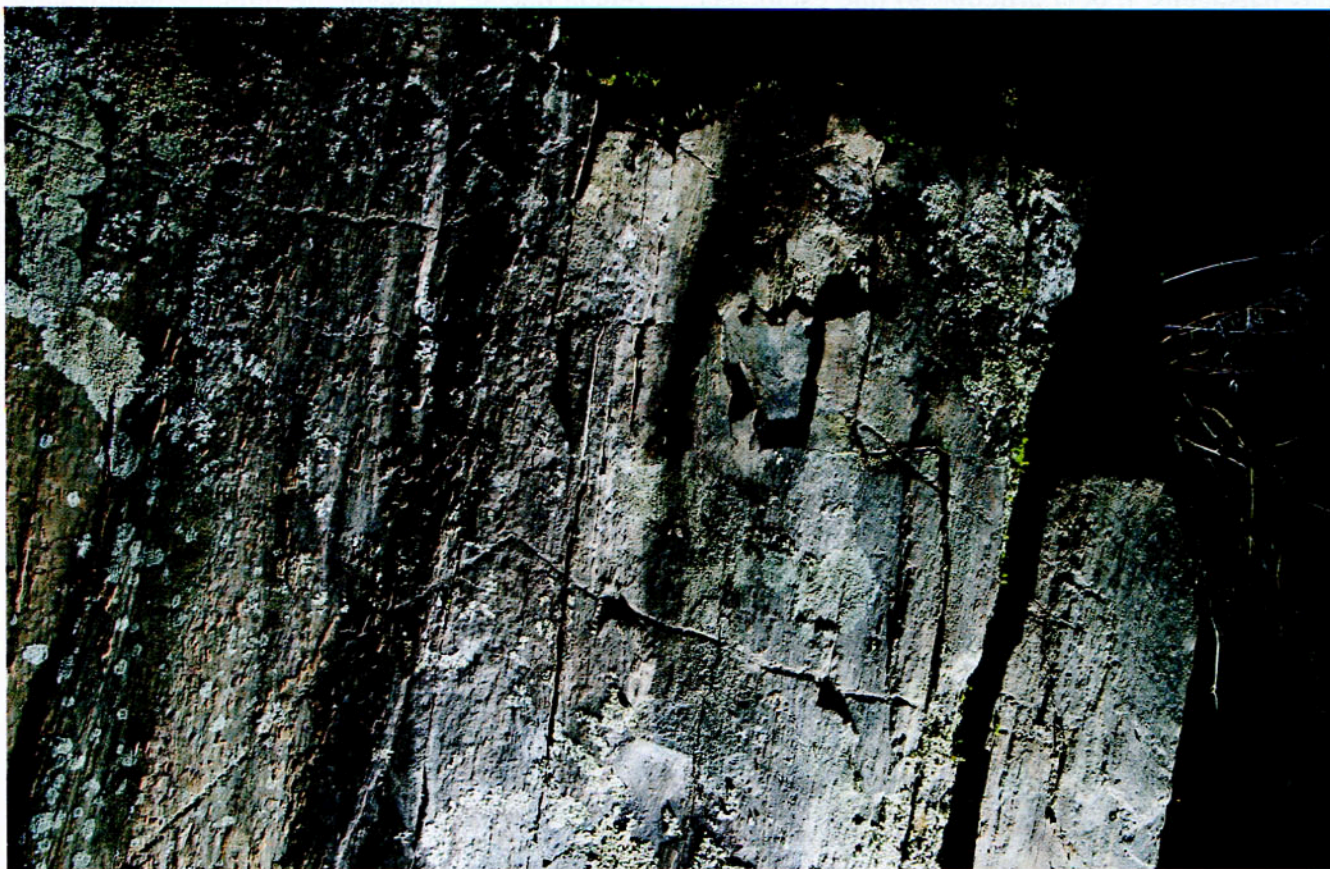
Redor do Porco, Figueira de Castelo Rodrigo, Parque Natural do Douro Internacional — núcleo de arte paleolítica de ar livre, com uma única gravura, do mesmo estilo e mesma cronologia das mais antigas gravuras do Parque Arqueológico do Vale do Côa classificadas como património mundial. Fot. Mário Reis.

tempo relativamente longo — como é o caso, para dar um exemplo, das Aldeias do Xisto. E este movimento tem tido avanços e recuos, alguns protagonistas ativos, mas também indiferença e alheamento. Ora, para que se crie um território de referência, inteiramente construído com base numa realidade patrimonial e científica datável da Pré-História Antiga — é necessário uma linha clara de atuação, um encontro de vontades e uma visão comprometidamente transmunicipal. Ocorre também que a construção de um território, um *território de referência* no qual as pessoas se revêem que sentem como território de pertença, ou ao qual aderem, esta construção, dizia, faz-se a despeito de outros territórios, existentes, ou em construção também.

O outro movimento, que segue de par com este, e com ele se articula, é a menor ou maior assimilação do Côa pelo Douro e a maior ou menor articulação do Côa com o centro/sul de Portugal e com a Meseta Ibérica. De facto o Museu do

Côa ergueu-se junto ao rio Douro e, para diversas entidades, o museu ganhou protagonismo, tornou-se uma realidade com independência e identidade próprias e passou a constituir-se como uma importante estrutura cultural do Douro. Para outros olhares e perspetivas, o par *parque arqueológico – museu* é indissociável e, como tal, o Parque e Museu do Côa ruma em direção ao sul, ligando-se a Siega Verde, em Espanha — que foi classificada como Património Mundial enquanto extensão do Côa —, e à Meseta — para onde os vestígios materiais apontam caminhos percorridos pelos caçadores paleolíticos do Côa —, mas também ao Zêzere e ao Ocreza, já no vale do Tejo, onde foram identificados conjuntos de arte paleolítica de ar livre similares aos do Côa.

Articulando-se com estes dois movimentos está essoutra realidade a que agora aludi, a arte paleolítica de ar livre, que se estende desde o Sabor ao Ocreza, em território nacional, segue o Águeda internando-se na meseta Ibérica



Parte anterior (cabeça) do auroque paleolítico do Redor do Porco, no Parque Natural do Douro Internacional, Figueira de Castelo Rodrigo. Fot. Mário Reis.

e, em direção ao ocaso, chega ao vale do Tua. O Côa, que articula o Douro Internacional e o Tejo Internacional, é afinal centro desta arte da luz, é o seu eixo condutor, de sentido sul/norte. E se, do ponto de vista científico ou patrimonial esta ideia é defensável, por maioria de razão do ponto de vista turístico, para voltarmos ao PROVERE, e de desenvolvimento regional, também o é. Se os vestígios do paleolítico superior chegaram até nós tão conservados é por nos situarmos num espaço de pouca gente, que ditou também a forma como se conservaram sem interferências urbanas complexas e contemporâneas as vilas baixo-medievais fortificadas que deram origem às chamadas Aldeias Históricas. Espaço de fronteira, limpo, silencioso, que estabelece uma ponte firme entre esses outros territórios de referência, o Douro e o Tejo, e outro de muito mais recente construção, o território das Aldeias do Xisto. E por isso, pelo extrema antiguidade do património que guarda, pela natureza ampla das paisagens, e pela articulação que estabelece com outros territórios de referência, ganharemos se o Côa se tornar uma referência complementar ao Douro, que completa e conduz para sul, mas com ele não se confunde. E, este território onde impera a arte paleolítica de ar livre, é um território amplo, de contornos não exatamente definidos, que extravasa claramente o vale do Côa geográfico, e extravasa mesmo os limites do país

À medida que chegam novas pessoas para procurar outras formas de vida nestes espaços abertos, em busca de mais natureza ou mais ruralidade, mas à medida também que de vários lados chegam sinais de que próximos apoios comunitários apoiarão realidades muito diversas, no domínio da agricultura, pecuária, floresta... o binómio *turismo e desenvolvimento* vai

sendo matizado e enriquecido. Importa que se constitua um território de referência, que seja atrativo para novos moradores, mesmo que de fim de semana, de férias, de ocasião. Que seja mostrado, falado e debatido como um território de que as comunidades e os cidadãos, locais e distantes, se orgulham ou, melhor, que com ele se entusiasmam. Se pensarmos esta região sob uma perspetiva patrimonial — natural e cultural —, ressalta que do Tejo Internacional ao Douro Internacional, com o Côa e o Águeda ao centro, se estende um amplo território classificado, protegido, valioso... Um dia poderá ser classificada toda esta arte paleolítica de ar livre como património mundial? Esperemos que sim. Mas os instrumentos de classificação e proteção existentes são já amplos e relevantes. Agora importa essencialmente debater regularmente a estratégia entre os vários parceiros — os consórcios dos PROVERES são alargados e o debate é rico e fundamental — e compor um território de referência que se consegue definindo e atualizando, em conjunto, a estratégia, alinhando os parceiros e comunicando para o interior e para o exterior. Os projetos e as realizações podem até ser quase todos imateriais. Ganharíamos talvez até se assim fosse do lado das entidades públicas. Pois para materialidades, a este nível — e lembramos que a Estratégia de Eficiência Coletiva no âmbito do Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos (PROVERE) assenta no Turismo e Património do Vale do Côa — as que existem são esmagadoras: parques naturais, um parque arqueológico, pontos de visita tão significativos como Castelo Rodrigo e Marialva e, as demais Aldeias Históricas, o importante centro de acolhimento e comunicação que é o Museu do Côa e a arte da luz que marca, desde há milénios, o território.